

ANC

No Paraná, PMDB decide sobre mandato

Da Sucursal

Curitiba — Cerca de 14 mil peemedebistas do Paraná, membros dos diretórios municipais e notáveis, votam hoje num plebiscito a duração do mandato do presidente José Sarney. O resultado — se quatro, cinco ou seis anos — será comunicado formalmente ao presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães, e servirá de subsídio aos constituintes do PMDB paranaense no momento de decidir a questão em Brasília. O governador Alvaro Dias, que votará no plebiscito em Curitiba, não fez campanha, mas torce para que o resultado aponte um mandato de quatro anos para Sarney, com direito a reeleição.

Caso a Constituinte confirme sua posição, Alvaro Dias fecha com um candidato: o próprio presidente Sarney. Isso, pelo menos, é o que tem dito o governador paranaense em suas entrevistas à imprensa. A seus poucos confidentes políticos, Alvaro Dias costuma dar uma explicação onde seu apoio atual ao Presidente surge condicionado: se Sarney conseguir,



Dias, contrariado

nos próximos dois anos, sucesso na política econômica, seria naturalmente o candidato à reeleição pelo PMDB. Mas se as coisas continuarem como estão — o que parece mais provável, é melhor encurtar-lhe o mandato — delicadamente.

A solução dos quatro anos de mandato é defendida por Alvaro Dias, também, com argumentos de ordem eleitoral. Coincidindo com a eleição de vereadores e prefeitos, a eleição presidencial no próximo ano alcançaria uma fácil

mobilização popular. Pela razão oposta, Alvaro descarta a tese dos cinco anos de mandato, o que implicaria numa eleição, em 1989, unicamente para presidente. Mas se a Constituinte decidir por um mandato de seis anos, não será de estranhar o apoio do governador paranaense a seu conterrâneo senador José Richa. Apesar das aparências em contrário, eles têm se desferido ultimamente estocadas mútuas, mas estão longe de um rompimento político.

Alvaro prefere, em todo caso, que a discussão do mandato do presidente Sarney não seja levantada agora — a ideia do plebiscito paranaense, por exemplo, não lhe agradou. Acredita Alvaro que o assunto, no momento, tende a enfraquecer a posição brasileira na rediscussão da dívida com os credores internacionais. Por isso — e, principalmente, pela devoção que tem demonstrado ao presidente Sarney e ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães —, Alvaro não apoiaria agora qualquer campanha por eleições diretas para presidente.

Sant'Anna: Os relatórios têm que nascer do debate

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, propôs ontem que os relatores das comissões e Subcomissões da Constituinte submetam seus pareceres a uma discussão prévia com seus colegas para colher uma média de opiniões antes de partir para a elaboração do relatório definitivo. A fim Sant'Anna argumenta que o relator deve refletir, em seu parecer, uma média de opiniões em cada comissão ou subcomissão. O seu parecer não pode evidentemente refletir sua opinião pessoal a respeito da sociedade que se deseja construir, sob pena de provocar graves perturbações dentro da Constituinte.

Lembra o líder do Governo que a renovação política foi muito grande, de tal sorte que há uma presença majoritária de parlamentares constituintes em primeiro mandato.

— Precisamos ver, agora — disse o líder do Governo — se a inexperiência de muitos, ainda no primeiro mandato, terá muita influência. E vamos verificar se as decisões virão de baixo para cima ou, se ao contrário, serão impostas de cima para baixo. A opinião pessoal dos relatores pode influir negativamente sobre a maioria. Daí porque é preciso um debate prévio dos pareceres.

Embora disposto, até por vivência profissional (o líder é médico e professor), a trabalhar nas comissões de saúde e educação, Sant'Anna vai dedicar parte de seu tempo a um acompanhamento geral do trabalho de todas as comissões e subcomissões.

Preocupado com a influência das opiniões pessoais dos relatores sobre a posição da maioria ainda não experiente, o líder do Governo está disposto a fazer com que sua proposta de exame prévio dos pareceres, através de uma ampla discussão dos temas tratados, seja aceita pelas principais lideranças da Constituinte.